



ATA Nº 7/2014

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2014
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 7 DE JULHO DE 2014

-----No dia 7 de julho de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2014 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 30 de junho de 2014 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Apreciação e votação do Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2013;*
- PONTO 3 - *Situação do endividamento da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, à data de 31 de março de 2014;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditoria externa para Certificação das Contas do Município de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento da Componente de Apoio à Família;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público de parcelas de terreno sitas em Montinhos da Luz, Freguesia da Luz – alteração ao Alvará de Loteamento n.º 7/93;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta para as II Jornadas de Lagos;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de criação do Observatório Municipal da Saúde de Lagos.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo



Fl. 82v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
TSL	Carlos Santos Nunes Prudente
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
TSL	José Alberto Baptista	8 dias	Carlos Santos Nunes Prudente



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro	1 dia	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: A Sra. Cláudia Moço, representando os trabalhadores da Empresa Multi Serviços, leu o seguinte comunicado: “1. A Multi Serviços recebeu o relatório preliminar no qual consta a intenção de adjudicação do serviço de limpeza urbana à empresa Ecoambiente. Depois de uma reunião com todos os trabalhadores de forma a alertar para a situação que se estava a passar, foi eleito um porta-voz para expor as nossas preocupações com a manutenção dos postos de trabalho e respetivos direitos, razão pela qual estamos aqui hoje. 2. Ao fim de todos estes anos de serviço dedicado em prol desta cidade, do qual não existiram contestações, resta-nos o despedimento



Fl. 83v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

coletivo e o desemprego? Os sócios gerentes possuem outros negócios, noutras áreas e não serão afetados por esta situação. Agora nós, a maioria com pouca instrução, com idades compreendidas entre os 45 e os 60 anos, alguns com carências sociais, outros em que ambos os membros do agregado familiar que proveem o sustento da família se deparam com esta situação, dificilmente conseguiremos arranjar trabalho nas mesmas condições e fazer face às nossas despesas; 3. Vimos pelo presente questionar porque é que o direito dos trabalhadores não foi defendido no Caderno de Encargos, o qual devia, como noutros concursos públicos: 1. Assegurar o quadro de pessoal afeto ao serviço, com os mesmos direitos nos quais se inclui a tabela salarial praticada pela Multi Serviços; 2. Assegurar a nossa efetividade no posto de trabalho (alguns com 15 anos de serviço). 4. Sempre cumprimos com as nossas tarefas da melhor forma possível, mantendo a cidade limpa e sentimo-nos humilhados por termos sido esquecidos em todo este processo, até porque trabalhamos e vivemos em Lagos e contribuímos de forma direta para que esta seja das melhores cidades para se viver; 5. Como é do nosso conhecimento, das empresas que concorreram, algumas enviaram declarações referindo que o preço base não era suficiente para cumprir todos os requisitos impostos no Caderno de Encargos. Foram admitidas - a Multi Serviços e a Ecoambiente, sendo que a diferença de valor refletiu-se na redução dos custos com o pessoal apresentado pela Ecoambiente. 6. Achamos que não deve ser à conta dos trabalhadores e respetivos vencimentos que já são baixos para o crescente aumento dos circuitos que se tem vindo a verificar, que o Município de Lagos deve reduzir o custo com a operação de limpeza Urbana; 7. Se a Ecoambiente não garante os valores mínimos para os custos com o pessoal quanto mais os vencimentos em outras categorias profissionais, como por exemplo, chefes de equipa, motoristas e encarregados. O que significa que não está em concordância com o solicitado no Caderno de Encargos – os salários devem ser os praticados na zona; 8. Terminamos assim a nossa exposição, na expectativa que levem em conta os nossos postos de trabalho aquando a tomada de decisões e que revejam os procedimentos de forma a assegurar a continuidade das nossas funções. Estamos ao dispor para qualquer questão que achem oportuna. Com os melhores cumprimentos, Os trabalhadores da Multi Serviços.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME	HORA
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]	20.51
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]	20.51
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	20.51



-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em relação ao comunicado lido e à preocupação demonstrada pelos trabalhadores da Multi Serviços, legítima, disse que o concurso seguiu todos os tramites legais, tendo chegado duas empresas à fase final, estando o júri a apreciar os processos no sentido de decidir em conformidade com a Lei e tendo em consideração o previsto no caderno de encargos.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]	20.56

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, informou que houve uma primeira apreciação, por parte do júri, em relação ao concurso em causa, tendo as empresas sido informadas da mesma. Referiu que este concurso é idêntico aos anteriores ganhos pela Multi Serviços e em nenhum dos anteriores estava previsto a empresa vencedora salvaguardar os postos de trabalho da empresa que anteriormente prestava o serviço. Acrescentou que esta situação poderá ser tomada em consideração em futuros concursos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que iria exercer a influência possível para que não se verificasse um despedimento coletivo, no caso da Multi Serviços não ganhar o concurso.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que no quadro legal, existem meios para proteger os trabalhadores de determinados serviços, nomeadamente de uma empresa vencedora de determinado concurso de prestação de serviços, assuma, em todo, ou em parte, os trabalhadores da empresa que anteriormente prestava esse mesmo serviço. Referiu que a Câmara Municipal tem um grande número de juristas e é estranho que estas situações se verifiquem. Deu uma voz de esperança aos trabalhadores da Multi Serviço, dizendo que existe uma coisa que se chama Tribunal Administrativo e todos os concursos são impugnáveis inclusive até chegar aos Tribunais Europeus, por isso se alguém achar que foi prejudicado neste concurso contaram com o apoio do Grupo Municipal LCF para fazer tudo o que for legalmente possível para reverter a situação. Apelou à Câmara Municipal que ponderasse bem todo o concurso. Solicitou esclarecimento sobre a empresa que ganhou o concurso, uma vez que muitas vezes aparecem, nestas situações, empresas conectadas com Partidos, não querendo com isto dizer que é o que se passa nesta situação.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado, disse que o concurso ainda não estava encerrado, pelo que ainda não se sabia, com certeza, quem vai ganhar o mesmo.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o assunto colocado pela cidadã não é da competência da Assembleia Municipal, mas do ponto de vista político e



Fl. 84v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

social tem um enorme impacto e estes Órgão deve-se debruçar sobre estas questões. Referiu ter registado, com agrado, o facto da Sra. Presidente da Câmara ter afirmado de que tudo iria fazer para garantir os postos de trabalho. Disse que se houve protesto é porque as pessoas não aceitam, de bom grado, o concurso e por isso recomendou à Câmara Municipal que esta faça um esforço para não ter só em conta os critérios financeiros, colocando em destaque a envolvimento económico/social que tem reflexos, muito grandes, na economia local. Referiu que devia ser tomada em consideração os interesses locais em futuros concursos.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o Sr. Presidente da Assembleia quando quiser emitir opiniões tem que tomar lugar na sua bancada, não o podendo fazer da Mesa da Assembleia Municipal, porque se assim o fizer está a cometer uma ilegalidade.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que o Sr. Jorge Ferreira não defende mais do que ele próprio as pessoas que trabalham em Lagos e que vivem em Lagos. Disse não aceitar, por parte do Sr. Jorge Ferreira, insinuações de que a Câmara Municipal está a fazer favores políticos. Referiu que o Sr. Jorge Ferreira vem para a Assembleia Municipal colocar-se em bicos de pés, autotitulando-se de “anjo”, de “benemérito”, de “legalista”, etc., mas depois ofende tudo e todos. Disse que o Sr. Jorge Ferreira tinha percebido mal, uma vez que apenas estava elaborado um relatório preliminar, referente ao concurso em causa. Agradecia que o Sr. Jorge Ferreira deixasse de fazer insinuações, acrescentado que o objetivo de ganhar votos, com este tipo de atitudes, não o iria conseguir atingir.-----

---O Sr. Jorge Ferreira (LCF) desafiou o Sr. Vereador Paulo Reis a demonstrar onde se tinha colocado em bicos de pés para ser melhor ou pior que alguém. Em relação ao assunto colocado pela cidadã, disse que o que é certo para as pessoas é de que há a previsão de que o resultado do concurso será favorável a outra empresa que não a Multi Serviços. Sobre a questão de haver favorecimentos políticos, disse que não tinha insinuado nada, tinha até salvaguardado que não seria esse o caso, tendo sido urbano e educado a esse respeito. Afirmou que o que queria, e esperava, era que todos os membros da Assembleia Municipal estivessem disponíveis para auxiliar as pessoas nesta situação concreta e para outras idênticas que se venham a verificar.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS: “Foi com consternação que se teve conhecimento do falecimento do Exmo. Senhor Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, no passado dia 27 de junho de 2014, com 59 anos de idade. Personalidade de relevo nacional, há mais de 20 anos que pugnava pela dignificação e defesa das organizações do poder local democrático de maior proximidade com as populações, distintivamente portuguesas, as Freguesias, no quadro do Estado de Direito Democrático e na ótica do reforço da coesão económica e social do País. Foi um Homem bastante conhecedor das realidades e dos problemas das freguesias, tendo passado por diversos cargos, de que se destacaram o de presidente da Assembleia de Freguesia e, por último, o de Presidente da Junta de Freguesia de Padornelo do Concelho Amarante. Granjeou admiração e respeito ao ter dedicado



cerca de 32 anos da sua vida pública à sua freguesia e cerca de 20 anos à Associação Nacional de Freguesias, na qual alcançou, no seu último congresso, o cargo de Presidente do Conselho Diretivo. O falecido nutria pelo concelho de Lagos e, pela Vila de Odiáxere, - em que esteve em junho de 2013 por ocasião de uma reunião do Conselho Diretivo da ANAFRE -, um carinho especial devido aos laços associativos no seio da ANAFRE, que se realçam neste momento de dor por todos os que com o mesmo privaram e colaboraram. Fica na memória coletiva a exemplar luta pela defesa das freguesias e do poder local democrático. A Assembleia Municipal de Lagos, aprova o presente Voto de Pesar e apresenta Sentidos Pêsames à Exma. Família do Senhor Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, bem como Condolências à Freguesia de Padornelo do concelho de Amarante e à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi o Voto de Pesar colocado à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 61/AM/2014:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Seguidamente foi, pelo Plenário, cumprido um minuto de silêncio em memória de Joaquim Cândido Leite Moreira.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOS - ANO 2013:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 542-11.--

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), no seguimento da questão levantada pelo Grupo Municipal da CDU, aquando da votação da Ordem do Dia para esta Sessão, em relação à necessidade de votar o assunto, informou de que da leitura que fez da legislação a Mesa entende que o assunto é para apreciar e votar.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), na sequência da decisão da Mesa solicitou à mesma que solicitasse um parecer jurídico, à Direção Geral das Autarquias Locais, no sentido de esclarecer a dúvida relacionada com a votação ou não, por parte da Assembleia Municipal, do Relatório de Gestão Consolidado.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse o seguinte: “As contas consolidadas do Município de Lagos demonstram uma situação económico financeira grave que não terá uma solução fácil. O número de pessoas ao serviço na Câmara Municipal de Lagos, 694, indicia uma estrutura pesada e conseqüentemente com custos elevados que dificulta o aligeiramento financeiro numa altura complicada da vida da cidade. Da análise do balanço ressaltam as dívidas a curto prazo a terceiros no valor de 44 milhões 157 mil euros e a médio e longo prazo de 21 milhões 958 mil euros conjugando-se num passivo total de 93 milhões 361 mil euros. Acresce ainda que, conforme consta do relatório de certificação das contas, em ênfase que: “As dívidas a Instituições de Crédito foram consideradas na sua globalidade em Empréstimos de



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Médio e Longo Prazo, não tendo sido relevado o montante da dívida a vencer em 2014 no balanço, conforme indicação da Direção Geral das Autarquias Locais, estando a exigibilidade mencionada no relatório de gestão.” O que significa que as responsabilidades a curto prazo são ainda maiores. A demonstração de resultados apresenta um resultado positivo em 2013 de cerca de 1 milhão 533 mil euros que representa uma diminuição de 1 milhão 649 mil euros em relação a 2012. Aliado a esta situação verifica-se igualmente que o limite de endividamento foi excedido em 7 milhões 485 mil euros que terá repercussões futuras sombrias. Mais preocupante é o montante dos compromissos a assumir os quais atingem 112 milhões 716 mil euros, dos quais, 12 milhões e 300 mil euros serão já assumidos até 2019. Analisando de forma sintética a situação do maior segmento económico de Lagos, o Turismo, verifica-se que ainda existe muito a fazer quanto ao aproveitamento das benesses que a natureza nos proporcionou. Não basta recebermos as menções honrosas há que aproveitá-las catapultando-as de forma a atrair mais hóspedes e não só visitantes. Com base nas estatísticas de maio da AHETA, verifica-se que Lagos obteve um acréscimo de 3,42% de ocupação quarto quando o Algarve em geral conheceu um acréscimo de 6,28%. Cabe também à autarquia promover de forma mais eficiente o Município, ao fazê-lo poderá incrementar as receitas de que tanto necessita para poder pensar obter uma forma sustentável de fazer face ao desequilíbrio financeiro com que a gestão socialista nos brindou nos seus mandatos. Cabe-nos ainda assinalar, muito embora não se tenha consensualizado a forma final da constituição do Fundo de Apoio Municipal, que esta é provavelmente uma solução para muitos dos problemas com que as autarquias se debatem.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se no número indicado de funcionários das empresas municipais, está incluído os funcionários da Câmara Municipal que estão nas empresas municipais em comissão de serviço. Considerou positivo o facto do resultado líquido em exercício a 31 de dezembro de 2013, ser positivo, cerca de 1 milhão 533 mil euros. Solicitou esclarecimento sobre o valor negativo de 2 310 328,15 euros referente a ajustamento de partes de capital em empresas. Destacou o passivo de cerca de 93 milhões de euros, considerando o mesmo bastante elevado e tornando-se difícil de gerir. Disse que em 31 de dezembro de 2013, havia uma dívida, da responsabilidade da Câmara Municipal, à Neofutur de cerca de 13 milhões de euros, referente ao Edifício dos novos passos do Concelho e outra à EL, S.A., referente aos parque de estacionamento, de 15 milhões, sendo que é a primeira vez que estes números estão mencionados; acrescentando que a omissão destes números está na base de muitas votações contra do PSD no Relatório Contas da Câmara Municipal, em anos transatos. Ainda sobre estas dívidas disse que as mesmas são dívidas de capital, perguntado se a dívida corrente está igualmente refletida nestes números ou não. Perguntou se ia haver liquidação das empresas Neofuturo e EL, S.A. e qual o ponto de situação do processo de fusão das empresas municipais. Considerou positivo a avaliação feita pelos Revisores Oficiais de Contas.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que na Câmara Municipal de Lagos, o pessoal tem um peso bastante significativo, pelo que é uma questão que tem que ser pensada no sentido de ser encontrada uma solução para que o peso com as despesas com o



peçoal seja muito menor. Referiu que deve ser a própria Câmara a dar o exemplo e a cortar nas despesas como por exemplo na restauração. Ainda sobre exemplos de poupança por parte da Câmara Municipal disse que a Lei refere que uma Câmara como a de Lagos tem direito a dois Vereadores a tempo inteiro, mas Lagos tem 3 Vereadores a tempo inteiro, representando um Vereador a mais custos anuais que rondam os 40 mil euros, sem contar com despesas com pessoal adstrito ao Vereador em causa. Afirmou que nada justifica que a Câmara de Lagos tenha 3 Vereadores a tempo inteiro e muito menos tratando-se do Sr. Vereador Paulo Jorge Reis, uma vez que este continua a exercer funções de Comandante dos Bombeiros e a ser o responsável pela proteção civil, assim como continua com os seus negócios pessoais, quando, na sua opinião, o mesmo devia dedicar-se a tempo inteiro à Câmara Municipal. Disse que estas palavras custam a quem as houve, mas as verdades têm que ser ditas, acrescentando que as mesmas não significam falta de respeito nem pela pessoa nem pelo Executivo Municipal, é apenas, e tão só, uma opinião do Grupo Municipal LCF.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o número de funcionários tem vindo a diminuir uma vez que há colaboradores que se reformam, outros faleceram e alguns rescindiriam, amigavelmente, o contrato com o Município e a Câmara não pode contratar mais pessoal. Referiu que esta situação reflete-se em alguns Serviços que se queixam de falta de pessoal, apesar de se estar a trabalhar na mobilidade interna. Disse que todos estão muito preocupados com o erário público, trabalhando o Executivo com pelouros muitas horas por dia, mas essa preocupação devia ser extensiva a outros Órgãos do Município, nomeadamente à Assembleia Municipal que tem Sessões com várias reuniões, tendo os Membros da Assembleia Municipal direito a senha de presença por cada reunião, sendo que, na sua opinião, há por vezes muita conversa dispensável e que não cabe no âmbito do Órgão, nomeadamente o reparo feito pelo Sr. Jorge Ferreira em relação ao desempenho do Sr. Vereador Paulo Jorge Reis, que é um homem de trabalho e de família.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que gostava de saber qual tinha sido o trabalho que o Sr. Jorge Ferreira tinha desenvolvido em benefício da comunidade. Referiu que está nos Bombeiros Voluntários de Lagos há 30 anos e enquanto Comandante desta corporação, nunca tinha ganho qualquer verba. Disse que tinha um vencimento como Comandante Operacional Municipal que deixou de auferir a partir do momento em que assumiu funções de Vereador da Câmara Municipal de Lagos a tempo inteiro. Afirmou que o Sr. Jorge Ferreira ainda tinha que andar muitos anos, entre todos, para lhe dar lições de civismo, de cidadania e outros assuntos relacionados com estes aspetos. Disse que auferir o vencimento que por Lei é determinado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o Sr. Jorge Ferreira tinha defendido, e bem, os funcionários da Multi Serviços, mas depois atacou os funcionários municipais, e isso, na sua opinião, não lhe ficou nada bem. Referiu que os custos com o pessoal a nível de Autarquia e empresas municipais, representa cerca de 30% dos custos da Autarquia, mas a Câmara não vai despedir



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ninguém. Disse que às conclusões a que o Grupo Municipal LCF chegou, já a Câmara tinha chegado, acrescentando que a situação financeira é exigente e obriga ao aumento de critério de decisão sobre a despesa que está a ser aplicado, sendo exemplo disso a criação da central de compras que tem feito a Câmara poupar a nível de compromissos/despesa. Disse que a dívida a curto prazo de 44 milhões, não é a exigida naquilo que o curto prazo intitula, que é menos de um ano; a dívida de curto prazo está nos cerca de 3 milhões sendo o resto respeitante a acordos de regularização de dívida que vão dos 6 aos 8 anos, mas que contabilisticamente têm que ficar registados dentro do curto prazo; outra verba que faz parte destas dívidas a curto prazo diz respeito às dívidas das empresas municipais que transitou para a Câmara Municipal. Em relação aos valores relacionados com o pagamento do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, disse que os mesmos, desde meados de 2013 passaram a ser efetuados pela Câmara Municipal, situação que até então estava com a Futurlagos. Informou que o número de funcionários das empresas municipais, constantes dos documentos dizem respeito ao total de funcionários das mesmas, incluindo os funcionários da Câmara que estão em comissão de serviço. Disse que este Executivo foi ao encontro de muitas recomendações do Revisor Oficial de Contas e por isso os valores em dívida para com a Neofuturo e com a EL, S.A., foram contabilizados nas contas da Câmara Municipal. Sobre a fusão das empresas municipais, disse que tinha sido iniciado um processo de fusão pelo anterior Executivo para a fusão das mesmas, mas atualmente o assunto está a ser refletido, não sabendo qual vai ser o desfecho final.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, referiu que grande parte dos funcionários da autarquia estão afetos às escolas do Concelho e são em menor número do que o desejado, dificultando o funcionamento dos equipamentos. Sobre a referência feita à restauração pelo Sr. Jorge Ferreira disse que não tinha percebido bem essa alusão, mas se se referia à restauração de móveis ou do acervo do museu, é da sua área e pode informar que não tem tido custos neste âmbito, uma vez que não tem sido restaurado nada.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que qualquer Município que tenha que se socorrer do Fundo de Apoio Municipal fica numa situação muito complicada pois têm que colocar as suas taxas nos valores máximos. Ainda sobre esta ferramenta do Estado disse que todos os Municípios têm que participar na mesma e por isso Lagos vai receber, por parte do Estado, menos 1 milhão e 800 mil euros.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF tem todo o respeito pelos funcionários da autarquia, principalmente por aquele que se esforça para cumprir as suas obrigações como funcionário público, pelo que dizem que Grupo Municipal LCF faz ataques ao pessoal da Câmara só tem interesse político, uma vez que não corresponde ao que foi dito, que foi que nenhuma situação de gesto é sustentável se o peso com as despesas com pessoal for da ordem de grandeza que se verifica em Lagos. Afirmou que apesar de existir pessoal a mais na Câmara Municipal, verifica-se equipamentos encerrados. Sobre a afirmação da Sra. Presidente da Câmara Municipal de que havia muita conversa na Assembleia Municipal, disse



que neste Órgão há a conversa que é necessária haver e que sempre defendeu que as senhas de presença deviam ser pagas por Sessão e não por reunião; acrescentou que o Grupo Municipal LCF sempre foi pela poupança ao contrario do que faz o PS que até oferece um cartão para livre estacionamento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quando este é um Membro da deste Órgão como qualquer outro e que não devia ter aceite tal oferta. Disse que o tema do terceiro Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Lagos é uma reflexão legitima e legal, tendo o feito sem intenção de atacar alguém. Referiu que o Sr. Vereador Paulo Jorge Reis não tinha legitimidade para perguntar o que ele já tinha feito pela cidade, porque nunca tinha exercido funções públicas. Disse ainda que a Câmara Municipal tem pessoal a mais em alguns setores e a menos noutros e isso tem que ser bem pensado porque senão a Câmara Municipal mais depressa vai à ruína.-----

-----O Sr. Joaquim Azevedo (PSD) disse que o relatório mostra a grande dívida da Câmara Municipal. Reconheceu que a Sra. Presidente da Câmara está a fazer um grande esforço para diminuir a dívida municipal. Terminou dizendo ter o sonho de um dia analisar um relatório onde a Câmara Municipal não tenha dívidas.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) sugeriu que numa próxima vez fosse colocado à parte os funcionários das escolas do Concelho que pertencem à Câmara Municipal. Sobre o Fundo de Apoio Municipal, disse que parece que as coisas ainda não estão bem definidas e que as taxas em Lagos já estão no máximo, pelo que se a Câmara de Lagos aderir a este fundo, os lacobrigenses não vão sentir diferença. Referiu ver cada vez mais dificuldades, por parte da Câmara Municipal, em cumprir os seus compromissos. Disse que a autarquia tem cada vez mais necessidade de investir na sua imagem e tem que haver fundos para tal. Referiu que ao fim de semana o lixo acumula-se junto aos contentores, o Mercado da Avenida emana mau cheiro e isto não abona a favor do Município, assim como não abona a favor do Concelho se parte das antigas instalações de apoio de praia, que ficaram na praia da D. Ana, cair.--

-----O Sr. António Marreiros (PS) disse que o relatório consolidado reflete o esforço do Executivo em honrar os seus compromissos e de cumprir a Lei., sendo isso reconhecido pelos Revisores Oficiais de Contas, que sugerem à Assembleia Municipal a aprovação do documento. Referiu que de acordo com a legislação, o Município de Lagos, nos últimos 3 anos, tem vindo a diminuir os funcionários da autarquia. Anunciou o voto a favor do PS no Ponto em discussão.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) sobre restauração disse que não insinuou nada, apenas se limitou a chamar à atenção sobre o controlo dos custos com refeições, uma vez que, em documentos anteriores, os Revisores Oficiais de Contas fazem uma ressalva sobre isso. Disse que há muitas políticas de gestão de pessoal e muitas não passam pelo despedimento; há a requalificação, há a possibilidade da mobilidade, assumindo o funcionários funções diferentes daquelas que atualmente desempenham, há a possibilidade de tirar melhor produtividade das pessoas, há formas de contratualização com funcionários, formas de gerir os Serviços que se tornem mais baratos para a autarquia, nomeadamente no que às horas extraordinárias diz respeito. Referiu que o público fica prejudicado com o facto de não serem prestados diversos serviços por parte da Câmara Municipal devido a



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

questões relacionadas com o pessoal. Afirmou que os funcionários deviam ser chamados à realidade das coisas e pedir-lhes uma colaboração extra, como a que se pede a todos os cidadãos quando entramos em situações de crise. Acrescentou que os funcionários têm que ser incentivados a produzir mais e melhor para assim servir melhor a população, conforme é o seu dever.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o presente relatório não traz novidades nem nada de surpreendente. Referiu que a única surpresa que se pode constatar poderá ser a chamada de atenção para os eleitos do PS, uma vez que estes já há muito que sabem as fragilidades financeiras do Município. Disse que o presente relatório confirma as sucessivas críticas que o PSD fez à gestão municipal. Referiu que vinha com a expectativa de ver uma análise autocrítica, de ouvir o que estava a ser pensado fazer no futuro. Disse que a única coisa que ouviu e que poderia ser um sinal foi o facto da Câmara dizer que a dívida não era grave mas exigente. Admitiu subscrever que a dívida não era grave, mas acha-a preocupante, ou seja, pode não ser grave mas é preocupante e nesse sentido urge um conjunto de medidas a adotar com vista a dar uma melhor folga à própria gestão municipal. Sobre o pessoal disse que isso é uma competência da Presidente da Câmara gerir os recursos humanos, mas nota a existência de desequilíbrios, dando o exemplo de Câmara Municipal ter 11 psicólogos, o que significa que Lagos deve ter uma população muito doente, pois só assim se justifica um número tão elevado de psicólogos nos quadros de pessoal da Câmara Municipal. Disse que os objetivos do PSD, enquanto Grupo Municipal, não é andar sempre à procura de maus caminhos, querem bons caminhos e esses assentam na política de rigor, de exigência e de transparência apresentados pelo Órgão Executivo, se assim o Executivo proceder estará a beneficiar o Poder Local, a prestigiar a função e a retirar muitos argumentos que por vezes de uma forma injusta são dirigidos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em relação ao pessoal, disse que é uma competência sua, sendo que os números apresentados, relativamente às categorias, não corresponde à realidade, uma vez que existem muitos funcionários que estão a desempenhar funções superiores à sua categoria, merecendo uma requalificação remuneratória, uma vez que a requalificação de categoria não é permitida, mas a remuneratória será feita logo que a situação financeira do Município o permita.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, sobre os psicólogos disse que os Serviços de Educação e da Ação Social, absorvem 7 psicólogos, outro está nos Recursos Humanos, mais um na Comissão Proteção de Crianças e Jovens, um está com licença sem vencimento, mas mesmo assim são poucos, uma vez que o atual Governo veio solicitar à Câmara Municipal de Lagos a cedência de dois psicólogos, por protocolo a celebrar, para o Centro de Saúde Lagos, uma vez que o Ministério da Saúde tinha acabado com a psicologia e com a identificação precoce no Centro de Saúde.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o “maroto” do atual Governo da Nação, tantas vezes mencionado neste Órgão, nomeou o Presidente da Assembleia Municipal de Lagos para Diretor do Centro de Saúde de Lagos, tendo felicitado, em



nome do Grupo Municipal do PSD, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal por tal nomeação, que prova que o Governo foi isento na escolha. Sobre a solicitação do Governo à Câmara Municipal referida pela Sra. Vereadora Maria Fernanda Afonso, disse que possivelmente o Governo fez essa solicitação por achar que 11 psicólogos na Câmara Municipal era um número elevado e que podia colaborar assim com o Centro de Saúde, chamando-se a isto a racionalização dos recursos.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse que o atual Governo da Nação é tão “maroto” que até veio perguntar à Câmara Municipal de Lagos se podia alugar a casa para o médico cubano que vem para Lagos porque a Administração Regional de Saúde do Algarve não está em condições de alugar a casa.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que estas questões mencionadas pela Sra. Vereadora Maria Fernanda Afonso, são da competência do Estado. Referiu que era difícil justificar a necessidade de 11 psicólogos nos quadros de pessoal da Câmara Municipal, mas no entanto parece que são necessários mais, sendo que sugeriu que fosse feito um protocolo com uma entidade privada no sentido de esta entidade prestar esse serviço.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que as dúvidas que os Revisores Oficiais de Contas levantam justificam o voto de abstenção do PSD neste Ponto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referindo-se ao sonho mencionado pelo Sr. Joaquim Azevedo, disse que o mesmo não vai passar de um sonho nos próximos anos, infelizmente. Disse que os impostos municipais não estão no máximo e que o valor pago em horas extraordinária, no presente, é quase residual. Terminou dizendo que o documento em apreciação é um Relatório de Prestação de Contas e não de um Plano de Atividades, pelo que o que consta no documento é efetivamente uma fotografia numa determinada data.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do **RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOS - ANO 2013**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	3	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	0	3	1	1	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 62/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2013, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de junho de 2014.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “Votamos a favor do Relatório apresentado pela Câmara Municipal por entender, de acordo com o relatório dos Revisores Oficiais de Contas, que as mesmas espelham a verdade das contas do Município e espelhando elas a verdade das contas do Município Lagos com Futuro não tem reservas a por e portanto votou a favor.”-----



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A nossa abstenção deve-se à apreciação que fazemos, diferente da interpretação que foi dada pela Mesa, em relação a que este Ponto deve ser votado.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim Rosado (PSD): “A nossa abstenção justifica-se pelo facto da leitura que efetuamos do documento, ficou-nos uma certeza, que o Partido Socialista aguarda vagarosamente e silenciosamente que as receitas cresçam, o que não nos parece fácil, sem que para isso seja necessário reintroduzir um conjunto de medidas, de reorganização dos serviços da Câmara Municipal com vista a melhorar a sua eficácia.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 59 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 18 minutos.-----

-----**PONTO 3 - SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, À DATA DE 31 DE MARÇO DE 2014:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 542-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em conjunto com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fizeram a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que a Câmara Municipal deve demonstrar recetividade nas solicitações do Governo à Câmara Municipal e deve fazer ver isso ao Governo exigindo igual tratamento. Referiu que a Câmara Municipal continua fora da Lei uma vez que a capacidade de endividamento está ultrapassada. Disse achar falta de conclusões políticas, relativamente à documentação enviada por parte da Câmara Municipal, o que leva a não se saber o que está perspectivado fazer num curto espaço de tempo para alterar a situação. Referindo-se à redução da despesa disse que a mesma se deve à baixa taxa de execução do Plano de Atividades e ao facto de não ter sido feito, praticamente, investimento e por se ter conseguido arrecadar receita extraordinária.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a mateira tratada neste Ponto da Ordem do Dia é da iniciativa do Grupo Municipal LCF e sobre a qual o Grupo sempre manifestou interesse dado ser necessário que todos saibam a dívida real do Município. Referiu que a questão do endividamento tem uma componente técnica, contabilística-financeira e uma componente política, sendo que esta última, mais uma vez, tinha sido esquecida. Disse que a dívida não está toda refletida nos números apresentados, uma vez que não soma os valores das dívidas das empresas municipais e se somar à dívida da Câmara Municipal as dívidas desta empresas, dará um número que ronda os 200 milhões de euros de dívida do Município de Lagos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que não tinha percebido como é que o Grupo Municipal LCF tinha chegado ao número de 200 milhões de euros de dívida, quando a que consta, e é reconhecida, são de 110



milhões de euros.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse no balanço de 2013 o passivo são cerca de 93 milhões de euros, mais os compromissos assumidos, ao longo de vários anos, de cerca de 112 milhões de euros dá um número superior a 200 milhões de euros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a interpretação dos números não está correta, uma vez que os 93 milhões de euros não são o total do passivo em 2013 e os compromissos assumidos são para pagar ao longo dos anos, segundo os acordos realizados.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se havia possibilidade de falha no cumprimento dos compromissos assumidos. Dirigindo-se ao Sr. José Valentim, disse que nos próximos anos não vai haver investimentos no Concelho de grande monta, uma vez que não há dinheiro.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o valor dos compromissos assumidos, na ordem dos 112 milhões de euros, preocupa a todos, agora o valor de 200 milhões de euros é um valor que tiraria, com certeza, o sono a qualquer um. Referiu que os documentos entregues são de fácil leitura e de fácil compreensão. Afirmou que o objetivo atual do Executivo é equilibrar as contas, pagar o que seja possível, manter os ordenados em dia, fazer pequenas obras de manutenção, uma vez que não existe verbas para grandes obras, a não ser que as mesmas consigam verbas provenientes de candidaturas, como é o caso da ponte D. Maria.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a questão que está em cima da mesa é a dívida municipal, não em termos técnico-contabilísticos, mas no seu todo em termos políticos, isto é, o que é preciso saber é o valor daquilo que a Câmara Municipal tem que pagar, seja amanhã, seja daqui a 30 anos, sendo que o que ronda os 200 milhões de euros não estão longe da realidade. Referiu a falta, por parte da Câmara Municipal, de ideias para resolver o problema da dívida municipal, ou pelo menos se as tem não as comunica à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse não poder aceitar o que foi dito pelo Sr. Jorge Ferreira, uma vez que está refletida na documentação distribuída toda a verdade relativamente ao endividamento do Município.-----

-----O Sr. António Marreiros (PS) disse que o documento distribuído pela Câmara Municipal está validado pelos Revisores Oficiais de Contas e dá a conhecer a dívida da Câmara Municipal e os compromissos assumidos pela mesma. Referiu que no futuro pode dar-se o caso de a Câmara Municipal conseguir obter mais receita, ou de concessionar, por exemplo, os parques de estacionamento e abater a dívida. Disse que não estão reunidas condições para grandes investimentos, mas com certeza que a Câmara vai continuar a investir no Concelho por forma a que os munícipes tenham mais e melhor qualidade de vida. Sabe que o Sr. José Valentim é contra as obras feitas nos últimos anos e que o Sr. Jorge Ferreira diz que se esbanjou dinheiro nas mesmas obras.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o PS quando está na oposição tem ideias para tudo, mas quando chega ao Poder limita-se a copiar as ideias dos outros.--



Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o objetivo de saber-se a verdade é com o intuito de se saber com aquilo que se conta, as responsabilidades que têm e a forma de conseguir resolver os problemas no futuro. Manteve a opinião de que a dívida da Câmara Municipal é de 200 milhões de euros. Disse que o seu objetivo é ajudar a resolver a situação, nada mais.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que é necessário saber-se toda a verdade para se saber o que fazer no sentido de resolver a situação. Referiu que a dívida é incontornável, vai ter que ser paga e vai trazer problemas para o futuro e para as gerações vindouras. Disse que todos querem resolver esta situação, sendo que uns querem seguir um caminho diferente de outros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, reafirmou que os números apresentados são os reais.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 14 de julho de 2014, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 22 minutos da madrugada do dia 8 de julho, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....